

# Ciências do Esporte e Educação Física: Uma nova Agenda para a Emancipação

Wendell Luiz Linhares  
(Organizador)

Atena  
Editora

Ano 2019



Wendell Luiz Linhares  
(Organizador)

# Ciências do Esporte e Educação Física: Uma nova Agenda para a Emancipação

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C569	<p>Ciências do esporte e educação física: uma nova agenda para a emancipação 1 [recurso eletrônico] / Organizador Wendell Luiz Linhares. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências do Esporte e Educação Física. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-566-2 DOI 10.22533/at.ed.662190209</p> <p>1. Educação física – Pesquisa – Brasil. 2. Políticas públicas – Esporte. I. Linhares, Wendell Luiz. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 613.7</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Educação Física tem possibilitado aos seus profissionais, a tentativa de a partir dos diversos fenômenos, sejam eles de cunho biológico, fisiológico, pedagógico, sociais e entre outros, a busca da compreensão do “novo” para a área. Neste sentido, o volume um do e-book “Ciências do Esporte e Educação Física: Uma Nova Agenda para Emancipação”, configura-se numa obra composta por 21 artigos científicos, os quais estão divididos por três eixos temáticos. No primeiro intitulado “Educação Física, Práticas Pedagógicas, Currículo e Inclusão”, é possível encontrar estudos que discutem diferentes aspectos, distintos, entretanto, interdependentes da Educação Física Escolar, a partir de aspectos teóricos e empíricos e como esses influenciam ou podem contribuir para uma melhor prática docente. No segundo eixo intitulado “Avaliação, Capacidade Física e Exercício”, é possível verificar estudos que apresentam enquanto características, aspectos biológicos e fisiológicos relacionados ao exercício físico e como este pode ser utilizado para a avaliação das capacidades físicas em diferentes sujeitos. No terceiro eixo intitulado “ Políticas Públicas, Jogos, Esporte e Lazer”, é possível encontrar estudos que tratam da relação Esporte-Lazer e como, não só as Políticas Públicas, mas também, a memória, se articulam para o fomento dos aspectos mencionados anteriormente. O presente e-book reúne autores de diversos locais do Brasil e, por consequência, de várias áreas do conhecimento, os quais abordam assuntos relevantes, com grande contribuição no fomento da discussão dos temas supracitados.

Portanto, é com entusiasmo e expectativa que desejo a todos uma boa leitura.

Wendell Luiz Linhares

## SUMÁRIO

### EIXO 1 – EDUCAÇÃO FÍSICA, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, CURRÍCULO E INCLUSÃO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A GINÁSTICA PARA TODOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Luizmar Vieira da Silva Júnior Michelle Ferreira de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6621902091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE JOGOS EM OUTRAS CULTURAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS	
Débora Cristina Couto Oliveira Costa Francilene Batista Madeira Júlia Aparecida Devidé Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6621902092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
APTIDÃO FÍSICA DE ESCOLARES: VIDA SAUDÁVEL OU PROPENSÃO A RISCOS DE SAÚDE? A REALIDADE ATUALIZADA	
Vickele Sobreira Roberto Furlanetto Júnior Vilma Lení Nista-Piccolo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6621902093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
AS DIMENSÕES DOS CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MATERIAL DE APOIO AO CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Yuri Marcio e Silva Lopes Wagner dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6621902094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
BNCC: O QUE DIZEM OS PROFESSORES	
Antonio Jansen Fernandes da Silva Maria Eleni Henrique da Silva Raphaell Martins Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6621902095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA COLETIVA DE TRABALHO	
Bruna de Paula Cruvinel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6621902096</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 64**

DIÁLOGOS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NO RIO GRANDE DO NORTE

Leonardo Rocha da Gama

DOI 10.22533/at.ed.6621902097

**CAPÍTULO 8 ..... 69**

ENTRE O TRADICIONAL E O ELETRÔNICO: OS JOGOS E BRINCADEIRAS DE ESTUDANTES EM CORUMBÁ-MS

Rogério Zaim-de-Melo

Carlo Henrique Golin

DOI 10.22533/at.ed.6621902098

**CAPÍTULO 9 ..... 76**

IDENTIDADE CURRICULAR E O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES DA POLITECNIA COMO UMA FORMAÇÃO OMNILATERAL

Leon Ramysssés Vieira Dias

Ângela Celeste Barreto de Azevedo

Tiago Quaresma Costa

André Malina

DOI 10.22533/at.ed.6621902099

**CAPÍTULO 10 ..... 87**

O ENSINO DO ATLETISMO NAS ESCOLAS DA ILHA DA MADEIRA E A FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS

Aurélia Dhuann Alves Batista

Ana Paula Salles da Silva

Gabriela Cardoso Machado

Flórence Rosana Faganello Gemente

DOI 10.22533/at.ed.66219020910

**EIXO 2 – AVALIAÇÃO, CAPACIDADE FÍSICA E EXERCÍCIO**

**CAPÍTULO 11 ..... 95**

A RELAÇÃO ENTRE O CONSUMO MÁXIMO DE OXIGÊNIO E O DESEMPENHO EM UM TESTE DE POTÊNCIA ANAERÓBIA EM JOVENS JOGADORES DE FUTEBOL

Emerson Rodrigues Pereira

João Paulo Alves de Paula

DOI 10.22533/at.ed.66219020911

**CAPÍTULO 12 ..... 107**

ALTERAÇÕES DE FORÇA DE PREENSÃO MANUAL EM ATLETAS CADEIRANTES DE BASQUETEBOL

Noslen Francisco Przybycz

Bruno Sergio Portela

DOI 10.22533/at.ed.66219020912

**CAPÍTULO 13 ..... 112**

ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFLUÊNCIAS DOS NÍVEIS DE ATIVIDADE FÍSICA E COMPOSIÇÃO CORPORAL ENTRE POLICIAIS MILITARES DAS RONDAS OSTENSIVAS E DO POLÍCIAMENTO ORDINÁRIO EM CUIABÁ MATO GROSSO – BRASIL

Almir de França Ferraz  
Adalberto Correa Júnior  
Michell Vetoracci Viana  
Rosilene Andrade Silva Rodrigues  
Claudinei da Silva Farina  
Willian de Jesus Santana  
Carlos Alexandre Fett  
Aylton José Figueira Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.66219020913**

**CAPÍTULO 14 ..... 125**

AS CONTRIBUIÇÕES DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A SAÚDE DE PESSOAS COM PARALISIA CEREBRAL

Luiz Carlos Bernardino Marçal  
Fernanda Gonçalves da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.66219020914**

**CAPÍTULO 15 ..... 132**

EFEITO AGUDO NA CONCENTRAÇÃO DE ÓXIDO NÍTRICO SALIVAR DURANTE TREINAMENTO DE JIU JITSU ESPORTIVO

Nestor Persio Alvim Agrícola  
Lídia Andreu Guillo

**DOI 10.22533/at.ed.66219020915**

**CAPÍTULO 16 ..... 138**

MOTIVAÇÃO E PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE HABILIDADES MOTORAS EM CONTEXTO AUTOCONTROLADO DE SOLICITAÇÃO DE CONHECIMENTO DE PERFORMANCE (CP)

Auro Barreiros Freire  
Gustavo de Conti Teixeira Costa  
Lucas Savassi Figueiredo  
Rodolfo Novellino Benda

**DOI 10.22533/at.ed.66219020916**

**CAPÍTULO 17 ..... 140**

NÍVEL E PREFERÊNCIAS DE ATIVIDADE FÍSICA DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Rubens Matheus Ribeiro Sá  
Jackeline Jesus Caldas  
Luis Roberto Pereira Oliveira  
Alan Christian Machado Dias  
Laucilene Ribeiro Sá  
Lúcio Carlos Dias Oliveira  
Emanuel Péricles Salvador  
Elayne Silva de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.66219020917**

**CAPÍTULO 18 ..... 153**

O USO DO MÉTODO DA FACILITAÇÃO NEUROMUSCULAR PROPRIOCEPTIVA EM BAILARINAS DO GRUPO DE DANÇA DA PASTORAL DO MENOR

Adrienne Amorim da Silva  
Carla Raphaela Figueira da Silva  
Daniela Freitas de Oliveira  
Juciele Faria Silva  
Narryman Jordana Ferrão Sales  
Ana Nubia de Barros  
Sabrina Araújo da Silva  
Fernanda Pereira Costa  
Luiz Fernando Gouvêa-e-Silva

**DOI 10.22533/at.ed.66219020918**

**EIXO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS, JOGOS, ESPORTE E LAZER**

**CAPÍTULO 19 ..... 161**

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ERA DIGITAL: NOVAS POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

Ana Paula Salles da Silva  
Gabriela Cardoso Machado  
Flórence Rosana Faganello Gemente

**DOI 10.22533/at.ed.66219020919**

**CAPÍTULO 20 ..... 168**

UM ESTUDO DE MÍDIA NO III MUNDIAL ESCOLAR DE VÔLEI DE PRAIA

Thiago Vieira Machado  
Sérgio Dorenski Dantas Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.66219020920**

**CAPÍTULO 21 ..... 181**

ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DE 2011 A 2015

Ana Kelly de Moraes Silva Belato  
Fernando Henrique Silva Carneiro  
Pedro Fernando Avalone de Athayde

**DOI 10.22533/at.ed.66219020921**

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 198**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 199**

## ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DE 2011 A 2015

**Ana Kelly de Moraes Silva Belato**

UnB, Faculdade de Educação Física, Brasília –  
DF

**Fernando Henrique Silva Carneiro**

IFG, Instituto Federal de Goiás, Senador Canedo  
– GO

**Pedro Fernando Avalone de Athayde**

UnB, Faculdade de Educação Física, Brasília –  
DF

**RESUMO:** Em 2005, o Ministério do Esporte criou o Programa Bolsa Atleta como apoio aos atletas para se dedicarem aos treinamentos e competições locais. Após essa iniciativa do Governo Federal, identificamos ações semelhantes no âmbito universitário, sobretudo nas Universidades federais. Diante desse diagnóstico, esse artigo se propõe analisar preliminarmente o Programa Bolsa Atleta Universitária da Universidade de Brasília (PBA-UnB) no período de 2011 a 2015. Parametrizado pela abordagem teórico-metodológica crítico-dialética, adotamos os procedimentos de levantamento documental e pesquisa bibliográfica. Para análise dos dados coletados utilizamos aspectos e indicadores do modelo analítico de políticas sociais de Boschetti, (2009). Os resultados iniciais demonstram que PBA-UnB possui abrangência restrita e atendimento focalizado, mas com potencial de

ampliação. Observa-se que o programa oscila entre a hegemonia dos padrões de avaliação do esporte de rendimento e o alinhamento à política universitária e ao papel democrático e inclusivo da Universidade pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Esporte Universitário; Bolsa Atleta.

### ANALYSIS OF THE PROGRAM “BOLSA ATLETA” AT THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA FROM 2011 TO 2015

**ABSTRACT:** In 2005, the Ministry of Sports created the Athlete Scholarship Program as a support for athletes to devote themselves to training and local competitions. After this initiative of the Federal Government, we identify similar actions in the university scope, especially in the federal Universities. In view of this diagnosis, this article intends to analyze preliminarily the University of Brasília Scholarship Program (PBA-UnB) from 2011 to 2015. Outlining the critical-dialectical theoretical-methodological approach, we adopted the procedures of documentary survey and bibliographic research. For the analysis of the collected data, we used aspects and indicators of the analytical model of social policies of Boschetti, (2009). The initial results demonstrate that PBA-UnB has restricted coverage and focused service, but

with potential for expansion. It is observed that the program oscillates between the hegemony of the evaluation standards of the sport of income and the alignment with university politics and the democratic and inclusive role of the public university.

**KEYWORDS:** Public Policies; University Sports; Bolsa Atleta.

## 1 | INTRODUÇÃO

Desde o estabelecimento de uma relação mais orgânica entre Estado e esporte, o que data da segunda metade da década de 1930, verifica-se que a atenção estatal tem priorizado o atendimento à dimensão do esporte de rendimento (LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005). Historicamente, esse padrão se manteve no interior da política esportiva nacional com alterações epidérmicas, conquanto o texto constitucional, ao abordar a destinação de recursos públicos, estabeleça a “promoção prioritária do desporto educacional”.

Não obstante o protagonismo das ações relacionadas à organização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos RIO 2016), um olhar panorâmico sobre as políticas de esporte no Brasil ratificam o predomínio das ações relacionadas ao esporte de rendimento, sobretudo no aspecto do financiamento público (ATHAYDE, MASCARENHAS e SALVADOR, 2015; TEIXEIRA, MATIAS e MASCARENHAS, 2017). Dentro do conjunto de programas e ações governamentais para o fomento do esporte de rendimento destacam-se as políticas do tipo distributivas, consolidadas em mecanismos de transferência direta de recursos, neste caso, referimo-nos ao Programa Bolsa Atleta (PBA).

Criado em 2005, o Bolsa Atleta é, segundo o Ministério do Esporte, “o maior programa de patrocínio individual de atletas no mundo”. O programa tem como objetivo garantir, aos atletas beneficiários, “condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas”.

Atualmente, o benefício é organizado em seis categorias, a saber: Atleta de Base (R\$ 370); Estudantil (R\$ 370); Nacional (R\$ 925); Internacional (R\$ 1.850); Olímpico/Paralímpico (R\$ 3.100) e Pódio (R\$ 5 mil a R\$ 15 mil). O público-alvo é composto por atletas que tenham obtido bons resultados, que devem ser informados pelas respectivas confederações esportivas. A forma de repasse de recurso não prevê intermediário, sendo viabilizada por depósito em conta específica do atleta na Caixa Econômica Federal. A título de ilustração, para compreendermos o impacto dessa ação no desempenho esportivo nacional, destacamos informação apresentada pelo próprio Ministério do Esporte de que na última edição olímpica, 77% dos 465 atletas convocados para defender o Brasil eram bolsistas. Ademais, entre os medalhistas olímpicos apenas os jogadores do futebol masculino não tinham qualquer vínculo com o programa.

Os dados oficiais comprovam que no âmbito da política e do desenvolvimento

esportivo brasileiro o PBA tem um papel relevante, pode-se afirmar que o mesmo acontece quando o tratamos como objeto de pesquisa. Em outras palavras, o PBA registra um significativo impacto na produção de conhecimento da área. Uma pesquisa inicial no Google Acadêmico com o descritor de busca “Bolsa Atleta” retornou entre livros, artigos e citações 878 registros. Dentre esses se destacam os estudos de Teixeira et al. (2017), Corrêa et al. (2014) e Guimarães (2009).

Utilizando o descritor “esporte universitário”, que corresponde a outro objeto de estudo deste texto, realizamos procedimento semelhante ao descrito no parágrafo anterior, obtendo 473 registros. Com destaque para as produções de Starepravo (2006) e Starepravo et al. (2010). No entanto, quando refinamos a busca e combinamos os dois descritores a quantidade de registros decai bastante, retornando o quantitativo de apenas 82 referências. Essas buscas primárias demonstram – ainda que de forma genérica – que o Bolsa Atleta e o esporte universitário têm mobilizado o interesse de pesquisadores e estudantes da área, ao passo que a combinação desses dois objetos conformam um tema de abordagem incipiente por parte das investigações científicas.

A conjunção temática acima foi adotada na busca bibliográfica devido a sua articulação direta com o objeto de pesquisa deste texto. O PBA desenvolvido pelo Governo Federal se multiplicou - com adaptações – em escala regional, sendo ofertado por governos estaduais e municipais. Além disso, o modelo foi igualmente adotado no âmbito universitário pelas instituições de ensino. Nesse sentido, este artigo elenca como objeto o Programa Bolsa Atleta Universitária da Universidade de Brasília (PBA-UnB), desenvolvido pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA), vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

A presença de um programa do tipo do PBA dentro das ações desenvolvidas por um órgão específico da política esportiva não surpreende, ao contrário disso, trata-se de uma iniciativa esperada e reivindicada por determinados segmentos do setor. Entretanto, ao ser ofertado por uma Instituição de Ensino Superior esse programa torna-se parte de uma política universitária, o que o conecta necessariamente, diferentes setores e áreas de conhecimento. Dentro dessa conjuntura, indagamos: *Qual seria o papel do esporte dentro de uma política universitária? De que forma um programa de auxílio financeiro a estudantes/atletas contribui com esse papel?*

Esse artigo busca refletir sobre as questões supracitadas e, ao mesmo tempo, almeja contribuir com a ampliação dos estudos sobre os programas e ações de incentivo direto ao estudante/atleta universitário. Nesse sentido, a partir de um recorte local, apresenta como objetivo realizar análise preliminar da abrangência e financiamento do PBA-UnB no período de 2011 a 2015.

No ordenamento jurídico nacional, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) é o marco regulador na garantia dos direitos de cidadania no país. Mais especificamente, o Artigo 217 determina que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas

formais e não formais, como direito de cada um”. A responsabilidade estatal em destaque demanda do Estado ações (diretas ou indiretas) que venham a garantir a consubstanciação deste direito. Ademais, além de reconhecermos a determinação constitucional que imputa obrigação ao Estado de fomento à prática esportiva, adotamos o pressuposto de que essa exigência deve ser cumprida com ações que se orientem pelo entendimento do esporte como direito e aspecto importante para a construção da cidadania e desenvolvimento humano.

A materialização do direito ao esporte, semelhante a outras áreas sociais, historicamente vem sendo negligenciada. Entretanto, é necessário compreender que não se trata de uma tarefa simples, pois requer um conjunto de elementos estruturantes. Dentre esses elementos basilares, destacamos o papel estatal ativo na organização de políticas públicas capazes de garantir o conjunto dos direitos sociais. Tal concepção se colide com as visões de desidratação do aparelho e dos gastos estatais que vem pautando a gestão pública a partir das contrarreformas da década de 1990. Nesse sentido, políticas públicas capazes de assegurar o desenvolvimento integral dos indivíduos, conferindo legitimidade para exercerem “plenamente” sua cidadania, são paisagens em um horizonte utópico.

Para consecução dos objetivos e alcance das respostas às questões problemas elencadas nessa introdução, estruturamos esse texto em três momentos. O primeiro é composto pela descrição do delineamento metodológico da pesquisa. A segunda parte apresenta a discussão conceitual sobre políticas públicas, a trajetória histórica do esporte universitário cotejada com a legislação esportiva brasileira e, por fim, a caracterização do PBA-UnB e a análise de seu financiamento. O terceiro e último momento do artigo destaca as considerações finais provenientes da discussão dos dados coletados.

## 2 | MATERIAL E MÉTODOS

Abordagem teórico-metodológica adotada neste artigo é a teoria social de orientação crítico-dialética. Em coerência com o método proposto, busca-se desvelar a essência do fenômeno investigado, neste caso em particular, as políticas públicas para o esporte universitário da Universidade de Brasília (UnB). Ao mesmo tempo, a combinação entre aspectos universais e elementos de particularidade faz com que cotejássemos nosso objeto específico à problematização de aspectos mais gerais relacionados a sua constituição, tais como: o papel do Estado e suas inter-relações com a sociedade civil.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa social exploratória, de caráter qualitativo-quantitativo, dedicando-se ao desvelamento dos processos inerentes a um determinado aspecto da realidade social (MINAYO, 2007). O objeto recortado da realidade a ser analisado é a política brasileira de esporte

universitário, com enfoque mais específico no Programa Bolsa Atleta Universitária da UnB (PBA-UnB). Na dimensão técnico-instrumental, optamos pelos procedimentos metodológicos de pesquisa documental e revisão bibliográfica (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A revisão bibliográfica realizou-se a partir do contato inicial com referencial teórico de disciplinas dos programas de pós-graduação em Educação Física e Política Social, ambos da UnB. E, posteriormente, expandido a novas referências incorporadas a partir do processo de orientação de mestrado, do comparecimento a congressos científicos da área e da realização de reuniões junto ao grupo de pesquisa. Os temas presentes no conjunto de leituras foram: *a)* funções do Estado; *b)* etapas e transformações da sociedade capitalista; *c)* conceitos e tipos de políticas públicas; *d)* análise e avaliação de políticas sociais; *e)* configuração do financiamento público; *f)* gênese e desenvolvimento do esporte; e, *g)* história e estrutura das políticas esportivas.

Em relação à pesquisa documental, em função da natureza dos documentos coletados, podemos caracterizá-los como provenientes de fontes primárias, uma vez que não receberam tratamento analítico por terceiros, além de apresentarem conteúdo original e com “informações de primeira mão”. Os documentos selecionados foram: *(i)* Estatuto da Universidade de Brasília - UnB; *(ii)* Relatórios de Gestão UnB (2011 a 2015); *(iii)* Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA; e, *(iv)* Editais do Programa Bolsa Atleta.

Cabe destacar que reconhecemos a existência, bem como a importância de estudos (AGUILAR e ANDER-EGG, 1995; COHEN e FRANCO, 1993; ARRETCHE, 1998; SILVA, 2000), que se dedicam a “apresentar os tipos, formas e tendências da avaliação, com vistas a explicitar técnicas e procedimentos de avaliação e aferição da efetividade e eficácia de políticas e/ou programas sociais”. No entanto, as escolhas metodológicas deste texto se alinham a nossa perspectiva teórica, sendo que, ao mesmo tempo, buscamos uma proposta avaliativa que considere “a avaliação das políticas sociais nas contraditórias relações entre Estado e sociedade no capitalismo” (BOSCHETTI, 2006, p. 1).

Diante do exposto, para análise e discussão dos dados coletados seguimos o método de análise e avaliação de políticas sociais, proposto por Boschetti (2009), estruturado a partir de três aspectos: Configuração e abrangência dos direitos; Configuração do Financiamento e Gasto; e Gestão e Controle social. Na proposta elaborada pela autora o primeiro aspecto se divide em quatro fatores/indicadores, a saber: *(i)* Natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; *(ii)* Abrangência; *(iii)* Critérios de acesso e permanência; e, *(iv)* Formas e mecanismo de articulação com outras Políticas Sociais. Já o segundo aspecto contempla os seguintes indicadores: *(i)* Fontes do financiamento; *(ii)* Direção dos gastos; e, *(iii)* Magnitude dos gastos. E, por fim, o terceiro é composto por: *(i)* Relação entre as Esferas Governamentais; *(ii)* Relação entre Estado e Organizações Não Governamentais; e,

### (iii) Participação e Controle Social.

Boschetti (2009) enfatiza que seu modelo é corolário de experiências empíricas de estudos sobre as políticas sociais e, portanto, não deve ser adotado como um modelo hermético e inalterável. Nesse sentido, a autora alerta acerca da necessidade que os aspectos e indicadores sejam avaliados (e até mesmo revistos) a partir das especificidades de cada objeto de pesquisa, sendo possível – e desejável – a criação de novas categorias de análise. No caso deste estudo, utilizamos os indicadores 2 e 3 do primeiro aspecto, além do indicador 3 do segundo aspecto, circunscrito ao período de 2011 a 2015.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Políticas públicas e marco legal do esporte universitário brasileiro

Compreendemos que, para cumprir com os objetivos desta pesquisa, é importante inicialmente trazermos alguns conceitos norteadores da análise e, complementarmente, localizar o esporte universitário dentro da legislação esportiva nacional.

Em relação à preocupação conceitual, recuperamos a discussão acerca do entendimento da função das políticas públicas. Dialogando com Pereira (2010), a autora destaca a notável expansão do intervencionismo estatal, sobretudo a partir da edificação do *Welfare State* no pós Segunda Guerra Mundial. Como consequência, é possível identificar um crescente interesse intelectual e político nas políticas públicas, o que engendrou complexidade ao campo da política, antes restrita a instituições e processos como voto, eleições, partidos, governo (termo em inglês *politics*) e agora abrange aspectos de ações coletivas (*policies*) que incitam a participação tanto do Estado como da sociedade.

De acordo com Hofling (2001), tais políticas representam o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e projetos voltados para setores específicos da sociedade. A implementação dessas ações parte de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes sociais. Enquanto os setores atendidos correspondem àqueles que conseguem garantir sua inclusão na agenda governamental.

Para além de sua conceituação, outro elemento importante das políticas públicas diz respeito a sua abrangência – sendo este um indicador a ser analisado neste estudo. Nesse domínio destaca-se o debate acerca da antinomia entre universalidade e focalização. A primeira tem relação direta com o objetivo democrático de não haver discriminação aos cidadãos no usufruto de bens e serviços públicos que pressupõem ser de todos “*res publica*”, ao passo que a segunda é fortalecida pela

visão de organismos multilaterais e pelos princípios da economicidade e eficiência. Contrariando a oposição entre ambas, observa-se hoje a presença de modelos de gestão que defendem a complementariedade, especialmente no caso das ações afirmativas destinadas a populações específicas. Conquanto reconheçamos a importância desse debate, um aprofundamento desta problematização foge ao escopo deste texto.

Passando para o segundo momento de localização do esporte universitário no marco regulatório, percebemos que essa esfera esportiva é instituída a partir do Decreto-Lei nº 3.199 de abril de 1941, que estabeleceu as primeiras bases de organização dos esportes em todo o país.

Art. 11. Terão organização à parte, relacionados, entretanto com o Conselho Nacional de Desportos, e com as confederações e com as entidades especiais de que trata o artigo anterior, os *desportos universitários* e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército, e os das forças policiais.

A despeito da realização da primeira olimpíada em 1935, segundo Linhales (1996), o esporte universitário ganha expressão política a partir do governo estadonovista. A autora defende essa afirmação sinalizando para o tratamento excepcional concedido pelo ministro da Educação à época, Gustavo Capanema, que – inspirado em modelos estrangeiros e de forma personalista – atendeu às demandas do setor sobrepujando os entraves burocráticos de sua pasta ministerial. Outro dado importante ressaltado pela autora é a legalização pelo Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941 da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), criada em 1939.

A partir desse registro inicial outras normativas jurídicas versaram sobre a organização particular do esporte universitário, imputando-o interesses apartados da preocupação com o desenvolvimento esportivo. A título de exemplo, destaca-se a obrigatoriedade da Educação Física aos estudantes universitários, imposta pelo Decreto-Lei nº 705/69. Essa imposição era reflexo da Reforma Universitária, instituída pela Lei nº 5.540/68, que já sugeria às instituições de Ensino Superior o estímulo à prática de atividades esportivas. No cerne dessa proposta estava a tentativa de utilizar do esporte como estratégia de desarticulação política do movimento estudantil, importante foco de resistência à ditadura civil-militar (LINHALES, 1996). Por conseguinte, constata-se que os assim denominados “desportos universitários” são conduzidos como uma política à parte, seu desenvolvimento é consequência do engajamento e interesse das instituições de ensino superior (IES) sejam públicas ou privadas.

Desde os trabalhos da Comissão de Reformulação do Desporto, estabelecida pelo Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, o esporte universitário deixou de ser uma categoria/dimensão oficial da legislação esportiva. Atualmente, a Lei Pelé (9.615/1998), que dispõe sobre as diretrizes e bases do esporte nacional, adota quatro dimensões: *a)* desporto educacional; *b)* desporto de participação; *c)* desporto

de rendimento (profissional e não-profissional); e, *d*) desporto de formação.

Considerando a categorização esportiva oficial, consideramos - para efeitos desse estudo - que o esporte universitário deveria se inserir no desporto educacional, embora reconheçamos que sua prática (treinamentos e competições) guarda muita proximidade com os atributos do desporto de rendimento. Mais recentemente, considerando as alterações do Decreto nº 7.984/2013 à Lei Pelé, podemos situá-lo dentro da “subcategoria” esporte escolar. Ou seja, ele corresponde à experiência esportiva que pode ser praticada em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã, desde que organizados pela CBDU.

Os autores Silva, Machado e Dias (2011), retomando Coelho (1984), descrevem o esporte universitário como um esporte de formação, cuja função principal é social, visando o bem-estar do estudante universitário. Diante dessa concepção, entendem ser impossível negar a contribuição do esporte realizado nas Universidades para aproximação do ser humano de seu relacionamento, do incentivo ao coleguismo e, também, do incentivo à formação de novas lideranças. Tais interpretações não circunscrevem o esporte universitário à busca pelo rendimento esportivo, porém seu teor possui traços de idealismo e subjetividade. No primeiro caso, reproduz-se uma visão idealizada que reforça possíveis impactos positivos da prática esportiva nas relações interpessoais, desconsiderando as determinações históricas e culturais que permeiam a trajetória do esporte universitário no Brasil. Já a idealização advém do uso de conceitos abstratos, tais como: bem-estar, relacionamento e coleguismo.

Não obstante distintas interpretações teórico-filosóficas, o reconhecimento e desenvolvimento do esporte universitário requerem a estruturação e fomento de uma política para o setor. Todavia, a presença do poder público neste campo não ocorre sem que se façam presente interesses contraditórios, por vezes conflitantes, e que, por conseguinte, geram disputas em seu interior. Behring e Boschetti (2006), ao estudarem as políticas sociais, não as consideram tão-somente espaços de confrontação de tomadas de decisão, mas elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais. Partimos do entendimento que as políticas sociais são uma espécie do gênero políticas públicas (PEREIRA, 2008), ou seja, ações que se alinham mais diretamente a concretização de direitos de cidadania, dentre eles o esporte.

Conforme já descrito na introdução deste texto, a produção científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil registra significativo aumento de pesquisadores e grupos de pesquisa que vêm se dedicando a estudá-la (AMARAL, 2014). Ao mesmo tempo, destacamos que há um número relevante de publicações relacionadas ao Programa Bolsa Atleta em âmbito nacional. Entretanto, a despeito da implementação de programas de incentivo financeiro para atletas/estudantes em três das cinco Universidades federais da região Centro-Oeste (Quadro 1), não localizamos pesquisas sobre a aplicação/gestão desses programas, exceto o artigo

de Moura e Queiroz (2016), que aponta para a necessidade de criação do Bolsa Atleta na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Instituição	Ano de Criação	Valor do benefício	Último Edital
Universidade de Brasília - UnB	2011	400,00	Edital nº 1/2017 – programa bolsa atleta do esporte universitário – UnB
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Desconhecido	200,00	Edital PROAE/UFGD nº67 de 02 de Maio de 2017
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS	2015**	400,00	Edital UFMS/ PROECE nº 17, de 5 de Junho de 2017

Quadro 1 – Universidades Federais do Centro-Oeste que possuem o programa Bolsa Atleta Universitário\*.

Elaboração própria.

Notas: \* Embora não tenhamos localizado programas de incentivo ao atleta universitário na busca realizada nos sites das Universidades Federais de Goiás e do Mato Grosso, cabe registrar que nossa busca demonstrou que as secretarias de esporte desses estados promovem programas dessa natureza, com benefícios mensais que variam entre R\$ 250,00 a R\$ 800,00.

\*\* Esse ano foi adotado como referência, pois corresponde ao ano do Edital mais antigo publicado na página oficial da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte da UFMS.

Considerando que, no âmbito do Centro-Oeste, a UnB é a instituição com maior tempo de implantação do programa Bolsa atleta e que inexistem estudos sobre o PBA-UnB, intentamos contribuir para o preenchimento desta lacuna, propondo a realização de análise inicial desse programa sem a pretensão de esgotar as possibilidades de investigação.

## O Programa Bolsa-Atleta Universitário da Universidade de Brasília (PBA-UnB)

A Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA) da UnB foi criada pelo Ato da Reitoria nº 269, em 02/03/1994, com a competência de organizar programas e projetos comunitários com vistas à execução de uma política artístico-cultural e esportiva no âmbito da UnB. Mais recentemente, em Novembro de 2017, a DEA sofreu uma reestruturação, sendo dividida em duas novas diretorias, a Diretoria de Esporte e Lazer (DEL) e a Diretoria de Organizações Comunitárias, Cultura e Arte (DOCCA), ambas vinculadas ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). A DEL tem como missão “estimular e promover a integração da comunidade universitária por meio do esporte e do lazer”, sendo a responsável pela gestão do Programa Bolsa Atleta Universitária da UnB (PBA-UnB).

O PBA-UnB é uma forma de incentivo criada em Outubro de 2011, que propicia aos estudantes/atletas o recebimento de uma bolsa mensal no valor de R\$ 400,00 pelo período de 12 meses, como forma de estímulo à participação nos treinamentos

esportivos e, sobretudo, à representação da UnB em eventos esportivos oficiais universitários e não-universitários. O PBA-UnB se coloca como uma política social relacionada a política universitária da UnB, haja vista, possibilitar o acesso do direito ao esporte a parte dos seus discentes.

Os critérios para a concessão de bolsas do PBA-UnB são estabelecidos em edital anual. Cabe destacar que de acordo com a DEL: “Além de estimular a participação em competições, o programa busca propiciar o **desenvolvimento integral dos estudantes**, contribuindo para a sua **formação acadêmica e cidadã**” (grifos nossos). Dentre as informações do programa, destacamos inicialmente as condicionalidades de acesso e permanência, a saber:

- a) Estar regularmente matriculado em curso presencial de graduação ou pós-graduação na UnB em qualquer dos Campi;
- b) Ter entre 17 e 24 anos incompletos prioritariamente;
- c) Estar em plena atividade esportiva, comprovada na Carta de Recomendação do Técnico;
- d) Apresentar Rendimento Acadêmico;
- e) Apresentar comportamento ético e íntegro e não ter sido alvo de advertência por comportamento antiético;
- f) Por se tratar de uma bolsa para o estudante-atleta, esta não poderá ser acumulada a outras bolsas ou estágios e trabalho remunerado com carteira assinada e/ou contrato;
- g) Estar preferencialmente vinculado às equipes representativas ou Clubes Desportivos Universitários da UnB ou a Federação Esportiva da modalidade;
- h) Estar cadastrado no Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE, no caso de estudante atleta com deficiência;
- i) Efetuar a inscrição no prazo estabelecido por este Edital e apresentar a documentação exigida para ingresso no PBA-UnB (UNB, 2016).

Inicialmente, observamos dois aspectos no conjunto de requisitos citados acima. O primeiro aspecto deriva da quantidade de condicionalidades estabelecidas para acesso ao PBA-UnB e vincula-se diretamente à abrangência do programa. Isso porque a somatória de um número significativo de exigências para ingresso no programa pode engendrar um afinilamento excessivo na seleção dos beneficiados, conformando um atendimento focalizado. Nesse sentido, é interessante compararmos os dados da Tabela 1 com números gerais da UnB. De acordo com a cartilha “UnB em Números” de 2012, a Universidade possuía 31.404 estudantes regularmente matriculados no segundo semestre de um total de 109 cursos (97 presenciais e 12 a distância). Isso significa dizer que o PBA-UnB atendeu em 2012 apenas 0,6% do corpo discente da UnB. A restrita participação dos discentes no programa, reforça o caráter de uma política esportiva direcionada ao esporte de alto rendimento, dimensão do esporte que nunca teve compromisso com a universalização do acesso ao esporte. Este poderia ser garantido por outras políticas esportivas desenvolvidas pela universidade, elemento que não fez parte do escopo da pesquisa.

Modalidade	2012		2013		2014		2015		Total
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Atletismo	2	2	0	1	2	3	1	4	15
Basquete	8	1	1	8	8	13	11	12	72
Boxe	0	0	0	0	0	2	1	4	7
Canoagem	1	2	0	0	3	4	2	3	15
Ciclismo	1	0	0	1	0	1	0	1	4
Futebol	0	25	0	9	15	0	0	20	69
Futsal	13	15	7	5	11	13	9	17	92
Ginástica rítmica	0	0	0	0	3	0	6	0	9
Handebol	14	14	12	7	15	10	13	8	93
Jiu-Jitsu	0	7	0	6	1	6	2	5	27
Judô	3	4	2	1	2	2	2	6	22
Karatê	2	4	1	2	3	5	3	4	24
Kendô	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Natação	6	7	3	3	3	6	4	7	39
Remo	0	2	0	2	2	1	2	0	9
Rugby	0	0	0	0	7	11	12	12	42
Taekwondo	5	1	2	0	4	1	3	0	16
Tênis	3	2	3	0	4	2	4	3	21
Tênis de mesa	1	2	0	0	0	4	0	4	11
Triatlo	0	2	0	2	0	0	0	0	4
Voleibol	12	12	7	5	8	6	17	14	81
Xadrez	2	3	2	2	2	8	3	5	27
Total	73	115	40	54	94	100	96	129	701
Nº de modalidades	18		18		21		22		79
Total de atletas/ano	188		94		194		225		701

Tabela 1- PBA-UnB - Comparativo anual de bolsistas por modalidades.

Fonte: Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA.

Parece-nos positivo que diferentemente do PBA executado pelo Governo Federal, para se pleitear o ingresso no PBA-UnB não é dada ênfase no desempenho esportivo (excetuando as modalidades de atletismo e natação), pois a cobrança se faz em relação ao rendimento acadêmico, acompanhado da exigência de um comportamento ético e íntegro – ainda que sem a definição desses conceitos. Por outro lado, há a requisição da institucionalização esportiva, por meio da exigência de vinculação preferencial às equipes representativas ou Clubes Desportivos Universitários da UnB ou à Federação Esportiva da modalidade, fator que pode dificultar a participação de praticantes de atividades físicas ou práticas corporais que ainda não concluíram por completo seu processo de esportivização.

Athayde (2011) destaca que, em virtude da hegemonia conquistada pelo “esporte de alto rendimento”, esse vem sendo o padrão balizador das políticas públicas para o setor, acarretando em programas e projetos baseados na focalização e setorialidade, tendo como escopo interesses antagônicos a uma perspectiva democratizante e de

garantia do esporte como direito de cidadania. Dentro dos limites desse artigo não é possível afirmar precisamente que o PBA-UnB exibe comportamento análogo às características da política pública de esporte em âmbito nacional, conclusão que demanda estudos mais aprofundados e longitudinais sobre o programa.

Face ao exposto, depreende-se, até o momento, que ambos têm uma relação contígua ao esporte de rendimento, mas, concomitantemente, apresentam particularidades em seus princípios e objetivos, que se justificam pela distinta natureza dos espaços institucionais. Em outras palavras, uma Universidade tem uma função social, missão institucional e estrutura organizacional extremamente diferente de uma pasta ministerial do poder executivo, ainda que elas possam – e necessitem – desenvolver projetos em parceria.

Após a problematização dos indicadores de abrangência e dos critérios de acesso ao PBA-UnB, passamos ao estudo dos indicadores vinculados ao aspecto de configuração do financiamento e gasto, analisando a distribuição dos recursos do PBA-UnB entre os anos de 2011 a 2015.

### Análise sobre o financiamento do PBA-UnB

As fontes orçamentárias do PBA-UnB advêm do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/FUB, do Programa de apoio à Reestruturação das Universidades Federais – REUNI/FUB e de recurso orçamentário FUB/DAC/DEA. Conforme informações dos relatórios de Gestão da DEA/DAC/UnB, apresentamos a série de resultados abaixo.

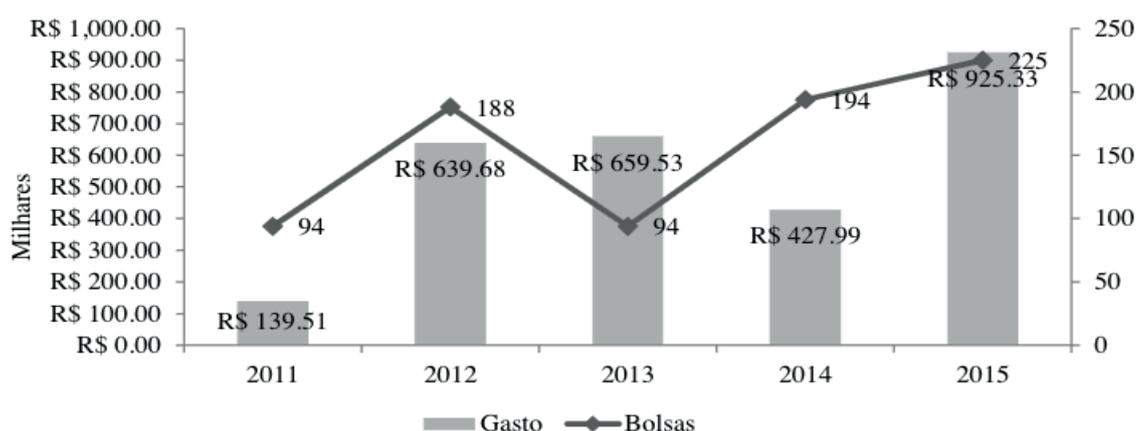


Gráfico 01- Comparação entre gasto anual e a quantidade de bolsistas do PBA-UnB – 2011 a 2015\*

Fonte: Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA. Elaboração própria.

Notas:\* Valores deflacionados pelo IGP-DI.

De forma geral o Gráfico 1 apresenta, tanto para o financiamento, quanto para o número de bolsas, uma trajetória com oscilações, respectivamente, nos anos de

2013 e 2014, findando o ano de 2015 com uma curva de crescimento. Se por um lado o comportamento oscilante sinaliza dificuldades na gestão e na manutenção dos patamares anteriores, por outro lado o trajeto final crescente engendra expectativa de ampliação do programa.

Passando para uma análise ano a ano, observa-se, inicialmente, que o ano de 2011 apresenta valor bem inferior aos demais. Isso ocorreu devido a dois fatores: o primeiro é que o montante refere-se apenas aos meses de Outubro a Dezembro; o segundo fator é que o valor da bolsa paga aos 94 bolsistas era de R\$ 360,00, sendo inferior aos valores praticados nos anos subsequentes. Sem desconsiderar esses fatores, para ilustrar o irrisório impacto dessa ação no orçamento da Universidade, é suficiente destacarmos que nesse mesmo ano, de acordo com o Orçamento Interno de 2011 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2011-2016), a Fundação Universidade de Brasília (FUB) teve um orçamento anual total de 1.175 bilhões de reais (valor não corrigido pelo índice de preços).

A partir de Junho de 2012, o valor unitário do benefício foi reajustado para R\$ 400,00, sem que houvesse contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras naquele ano. Além disso, ocorreu um crescimento no número de estudantes/atletas beneficiados, o que engendrou um aumento acima de 400% dos gastos com o programa. Entretanto, é importante destacar que o valor repassado pela fonte orçamentária do REUNI para pagamento de 188 bolsistas no ano de 2012 contemplou apenas 3,7% da demanda institucional, confirmando mais uma vez a abrangência restrita do programa e sufocando sua capacidade de democratização de acesso ao esporte à comunidade acadêmica.

No ano de 2013, das 188 bolsas pagas no ano anterior foram utilizadas inicialmente 100 devido aos critérios de acesso/permanência e o ano encerrou com apenas 94 beneficiários, registrando uma queda de 50% no número de atendimentos em comparação a 2012. Novamente ressaltamos a risível participação no orçamento da FUB, que auferiu naquele ano um total de 1.294 bilhões (valor não corrigido pelo índice de preços), conforme a Lei Orçamentária Anual.

Outra comparação meramente ilustrativa, mas que sinaliza o baixo investimento e alcance do PBA-UnB, diz respeito ao PBA nacional, executado pelo Ministério do Esporte. Em 2013 foram gastos 128,4 milhões de reais para atendimento a um público de 6.756 atletas, correspondendo um benefício mensal médio de R\$ 1.580,00 (TEIXEIRA et al., 2017). Ou seja, um universo 70 vezes maior com o recebimento de um valor mensal aproximadamente quatro vezes superior à bolsa do PBA-UnB. Evidentemente, trata-se de uma comparação imperfeita quando considerado a natureza de cada um dos órgãos aqui citados, os valores de benefícios praticados e as dimensões dos públicos-alvo em potencial.

É necessário frisar que em Dezembro de 2013 foi realizada reunião de grupo de trabalho para repensar uma nova estratégia político-institucional de financiamento a fim de garantir o orçamento do PBA-UnB para o ano seguinte. Os efeitos dessa ação

são observados em 2014, momento em que ocorreu um considerável aumento no quantitativo de bolsas, sendo contempladas 199 das 200 oferecidas, (no decorrer do ano saíram 05 bolsistas, quantitativo final 194 bolsas – conforme critérios de permanência), esse crescimento está relacionado primeiro ao acréscimo no recurso orçamentário disponibilizado pelo DAC/UnB na rubrica da FUB/DAC/DEA e segundo pela aprovação do Edital PBA-UnB no Conselho de Administração – CAD/UnB, no dia 12 de junho de 2014, o que denota 100% mais bolsas que o ano de 2013.

A partir do ano de 2015, foram ofertadas 250 bolsas, aumento concedido e amparado na aprovação do Edital PBA-UnB 2015, que reforçou o orçamento da fonte FUB/DAC/DEA para a rubrica PBA-UnB/DEA, recurso específico para cumprimento dos custos do programa. O aumento no número de bolsas e do valor unitário do benefício tornaram o PBA-UnB uma ação expressiva dentro do orçamento da DEA/DAC/UnB, saltando de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2,4 milhões no ano de 2015. Isoladamente, essa informação ratifica o potencial de ampliação do programa. Esse investimento nos estudantes/atletas fez emergir possíveis resultados esportivos no ano de 2015, como a conquista pela UnB do terceiro lugar entre as Universidades Brasileiras e o primeiro lugar entre as Instituições Federais no Ranking Nacional da CBDU.

Compete-nos refletir se esses parâmetros acima são adequados para aferir o sucesso do programa. Essa pergunta relaciona-se diretamente com a questão problema deste artigo sobre o papel do esporte no âmbito universitário. O PBA-UnB ao redirecionar os critérios de seleção aplicados no Edital de 2016, reforçou-se como uma política esportiva direcionada ao esporte de alto rendimento, haja vista os padrões de avaliação. Aquelas conquistas supracitadas se pautaram em resultados como o quantitativo de medalhas obtidas e um bom posicionamento nos *rankings* nacionais.

Todavia, identificamos alguns sinais de alinhamento do programa à missão, visão e valores presentes no PDI 2018-2022 da UnB, que afirmam o caráter inclusivo e democrático da Universidade pública. Esses indícios aparecem, por exemplo, na missão institucional da atual Diretoria de Esporte e Lazer (DEL), além de sua compressão ampliada acerca do objetivo do PBA-UnB. Entretanto, tais potencialidades são arrefecidas por um orçamento que, embora apresente um comportamento ascendente, é historicamente acanhado, especialmente observando o potencial público-alvo do programa.

#### 4 | CONCLUSÕES

A intenção de analisar o PBA-UnB tem primeiramente o intuito de contribuir com pesquisas posteriores sobre a temática das políticas públicas de incentivo direto ao estudante/atleta em âmbito regional. Se por um lado, reconhecemos o cumprimento do objetivo geral deste texto, por outro lado, constatamos a necessidade de ampliação

e aprofundamento dos estudos para que essa pesquisa possa oferecer subsídios à estruturação da política de esporte universitário local.

Por se tratar de um estudo introdutório e de caráter exploratório sem referências anteriores, nossa primeira conclusão, portanto, é que existem lacunas para serem exploradas por estudos futuros, tais como: *a)* mapear nacionalmente as universidades federais (ou públicas) que ofertam esse tipo de programa; *b)* confrontar as diferentes realidades dessas universidades, uma vez que possuem uma função social e público-alvo semelhantes; *c)* comparar, anualmente, o número de estudantes geral com o público que pleiteou o benefício via edital e o montante final de beneficiados selecionados; e, *d)* atualizar os gastos com o programa, detalhando melhor suas fontes e a distribuição dos recursos.

Observou-se que o PBA-UnB tem auxiliado a participação de estudantes/atletas em competições de nível universitário, o que, a partir de 2015, tem repercutido em bons resultados e posicionamentos da UnB nas classificações do esporte universitário nacional. Embora tais parâmetros de avaliação reforcem a hegemonia do esporte de rendimento no interior do programa, a continuidade no recebimento da bolsa (anual), com exceção da queda no ano de 2013, infere uma perspectiva de garantia aos bolsistas de acesso à vivência da prática esportiva, conciliada à formação universitária.

Entretanto, por outro lado, a restrição a determinadas modalidades (Tabela 1), um número significativo de condicionalidades de acesso, e o orçamento reduzido demonstram que o PBA-UnB possui uma abrangência restrita e focalizada, o que se comprova no seu baixo índice de atendimento em comparação ao público-alvo potencial. O estudo se limitou ao PBA-UnB, não tendo condições de ter uma análise mais abrangente sobre o acesso ao esporte nas ações desenvolvidas pela UnB.

Por fim, algumas mudanças recentes no marco conceitual e na forma de gestão do PBA-UnB sinalizam para uma preocupação de localizar o programa para além das fronteiras do desempenho esportivo, harmonizando a oferta do esporte à política universitária e ao papel democrático e inclusivo da Universidade pública brasileira.

## REFERÊNCIAS

(1988), Brasil. Constituição. **Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 200 p.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. **Produção científica-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**. *Motrivivência*, [s.l.], v. 26, n. 42, p.27-40, 16 jul. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p27>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/...2014v26n42p27/27264>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. **Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez & IEE/PUC/SP, 1998, p. 29-39.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O lugar do social na política de esporte do governo Lula. **Ser Social**, Brasília, v.13, n. 28, p. 184-209, 2011. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/4932/4675](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/4932/4675)>. Acesso em: 04 fev. 2016.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Vitória, v. 37, n. 11, p. 2-10, 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2013.09.002>. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/pt/primeiras-aproximacoes-uma-analise-do/articulo/S0101328915000098/>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS (Org.). **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess, 2009. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006. 2 v.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Amanda Jorge et al. Financiamento Do Esporte Olímpico De Verão Brasileiro: Mapeamento Inicial Do Programa “Bolsa-Atleta” (2005-2011). **Pensar A Prática**, [s.l.], v. 17, n. 4, p.01-15, 30 dez. 2014. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v17i4.29057>.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **A bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários?: análise do período 2005-2008**. Senado Federal, Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Brasília, p.01-42, fev. 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/260400725\\_A\\_Bolsa-Atleta\\_Eleva\\_O\\_Desempenho\\_De\\_Seus\\_Beneficiarios\\_Analise\\_Do\\_Periodo\\_2005-2008](https://www.researchgate.net/publication/260400725_A_Bolsa-Atleta_Eleva_O_Desempenho_De_Seus_Beneficiarios_Analise_Do_Periodo_2005-2008)>. Acesso em: 01 mar. 2016.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. 2001. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

LINHALES, Meily Assbú. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil: Interesses Envolvidos, Setores Excluídos**. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOURA, Marcos Gabriel Ximenes de; QUEIROZ, Alcimar. **Times universitários na UFGD: diagnóstico do JUMS 2015 e suas possibilidades**. Horizontes - Revista de Educação, Grande Dourados, v. 4, n. 8, p.115-135, jul. 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/6291>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Org.). Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete Salete; BEHRING, Elaine Rossetti (orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 04. p. 87-108.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete Salete et al. (orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 106-130.

SÁ-SILVA, Jackson Rpmie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.01-15, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SILVA, Luana Luamar da; MACHADO, Raoni Perrucci Toledo; DIAS, Pâmela de Souza. Fatores motivacionais para a prática do desporto universitário. **Revista Digital Efdesportes**, São Paulo, p.191-191, 12 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd191/fatores-motivacionais-do-desporto-universitario.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Execução e Avaliação de Políticas e programas Sociais. In CFESS/ ABEPSS/CEAD/UnB. **Capacitação Continuada em Serviço Social e Política Social**. Brasília, UnB, 2000. p. 65-75. Módulo 4.

STAREPRAVO, Fernando Augusto et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/376/531>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/309085363>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

TEIXEIRA, Marcelo Resende Et Al. O programa bolsa atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. esp., p.92-109, dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29nespp92>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

TEIXEIRA, Marcelo Resende; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s.l.], v. 39, n. 3, p.284-290, jul. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2017.02.004>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v39n3/0101-3289-rbce-39-03-0284.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. 2005. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2005. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275418/1/Veronez\\_LuizFernandoCamargo\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275418/1/Veronez_LuizFernandoCamargo_D.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WENDELL LUIZ LINHARES** - Possui graduação plena em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI (2011), especialização “Lato Sensu” em Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2011). Em 2016 concluiu sua segunda graduação, sendo o curso de licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e em 2019 se tornou Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG). Seus estudos têm como objeto o Esporte, sobretudo, o Futebol, tendo pesquisado suas diversas manifestações durante a graduação e pós-graduação. Atualmente têm desenvolvido pesquisas relacionadas ao processo de “identificação e pertencimento clubístico” e atua como docente da disciplina de Educação Física na Rede Particular de Ensino da cidade de Ponta Grossa – Paraná.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Amplitude de Movimento Articular 154

Aptidão Física 23, 111

Atividade Física de Lazer 141

Atletismo 93, 94, 191

Autocontrole 139

### B

Barreiras 112, 115, 116, 117, 124, 151

Basquetebol 107

Batalhão 112, 117, 120, 122

Bolsa Atleta 176, 181, 182, 183, 185, 188, 189

Brincadeiras 1, 8, 11, 12, 49, 74, 75

### C

Conhecimento 49, 139, 180

Conteúdos 38, 40, 46, 49

Currículo 5, 6, 33, 36, 46, 76, 85

### D

Dança 49, 154, 159

### E

Educação Infantil 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Ensino 20, 45, 51, 52, 53, 54, 69, 71, 73, 79, 80, 85, 152, 153, 183, 187, 198

Ensino Médio 45

Escola 5, 6, 7, 8, 17, 21, 30, 31, 37, 50, 51, 57, 59, 64, 66, 71, 72, 85, 112, 153

Esporte Universitário 181

Estudantes 141

### F

Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva 155, 156, 159

Fatores de Risco 141

Formação Superior em Educação Física 76

### G

Ginástica Para Todos 1, 3, 4, 5, 11, 12, 13

## **I**

IMC 26, 27, 95, 98, 112, 117, 118, 122, 157, 160

## **J**

Jogos 5, 9, 1, 8, 11, 12, 45, 49, 72, 74, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 177, 178, 182

## **M**

Mídia 93, 94, 168, 169, 173

## **O**

Omnilateralidade 76

## **P**

Paralisia Cerebral 127, 129, 130, 131

Policiais Militares 112, 124

Políticas Públicas 5, 9, 130, 181

Poltecnicidade 76

Preferências 141, 147

Produção Científica 1

## **S**

Saúde 13, 23, 26, 31, 85, 104, 123, 125, 128, 130, 132, 140, 142, 143, 148, 150, 151, 152

## **T**

Tecnologias 70, 88, 166

Trabalho Coletivo 1, 8, 10, 12, 52

## **V**

Vôlei de Praia 168, 169, 172, 174, 176, 177

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-566-2



9 788572 475662